

Virada Social na Historiografia da Psicologia e Independência Institucional da Psicologia

José Antônio Damásio Abib¹
Universidade Federal de São Carlos

RESUMO - Este ensaio examina brevemente a institucionalização da psicologia. Com base na recente virada social na historiografia da disciplina, argumenta-se que foi mais como profissão que como ciência que a psicologia galgou reconhecimento institucional. No processo de legitimação social, política e cultural da disciplina, o papel da ciência foi relegado a um segundo plano, e em *mesalliance* com a ideologia do controle social a psicologia converteu-se numa disciplina independente com práticas de pesquisa tecnológica. Sugere-se que faltou crítica filosófica e social para romper as *mesalliances* da disciplina bem como para desmontar, ou sequer iniciar, suas práticas de pesquisa tecnológica.

Palavras-chave: ciência, profissão, pesquisa tecnológica, ideologia do controle social, crítica filosófica e social.

Social Turn in the Historiography of Psychology and Institutional Independence of Psychology

ABSTRACT - This essay briefly considers the institutionalization of psychology. It is argued, based on the recent social turn in the historiography of the discipline, that psychology gained institutional recognition rather as profession than science. With the process of social, political and cultural legitimation of the discipline, its role as a science was considered of secondary importance, and in *mesalliance* with the ideology of social control, psychology became an independent discipline with technological research practices. It is suggested that there was a lack of philosophical and social critique in order to break away from the *mesalliances* of the discipline, as well as to undo, or even to begin, its practices of technological research.

Key-words: science, profession, technological research, ideology of social control, philosophical and social criticism.

Estudos recentes na historiografia da psicologia abalam a crença de que a disciplina adquiriu reconhecimento institucional com a fundação do laboratório de psicologia de Leipzig em 1879 por Wilhelm Wundt (1832-1920). Pensava-se que nesse lugar e data o filósofo, cientista e psicólogo alemão tinha estabelecido uma nova ciência como profissão. O reconhecimento institucional da psicologia seria um fruto dessa conquista, tão decisiva, que os desenvolvimentos posteriores da disciplina só teriam reafirmado sua certidão de nascimento como instituição independente naquela data na Alemanha (Boring, 1929/1950; Heidebreder, 1933/1981; Marx & Hillix, 1963/1976; Herrnstein & Boring, 1966/1971; Sahakian, 1975/1987).

Defendida e divulgada pela historiografia tradicional da psicologia, essa crença tornou-se um dos alvos preferidos da crítica de historiadores sociais da disciplina. Assegurado o valor da pesquisa da história interna da psicologia, esses historiadores defendem também uma virada social na historiografia da disciplina (Danziger, 1979a, 1987; Ash, 1987a, 1987b; Geuter, 1987). Seria mesmo impossível ignorar a carreira interna das tradições de pensamento psicológico, mas os historiadores sociais da psicologia introduziram uma perspectiva na história interna da disciplina que modificou algumas de suas conclusões.

Com base na virada social na historiografia da psicologia, defende-se neste ensaio que a psicologia alcança reconhecimento institucional mais como profissão que como ciência. Com essa viragem na historiografia da psicologia, sustenta-se também que é primeiro nos Estados Unidos e só mais tarde na Alemanha que a psicologia adquire esse reconhecimento.

Psicologia: Ciência como Profissão

A primeira vista a expressão ciência como profissão contém alguma imprecisão, com o risco de sugerir até mesmo um enunciado falso. É mais intuitivo admitir a existência de ciências e profissões, de tal modo que, fundamentadas nas ciências, as profissões seriam um fenômeno típico da revolução científica moderna em sua íntima conexão com o advento e ascensão do capitalismo. Isso não significa negar a existência de profissões *lato sensu* antes dessa revolução e do modo de produção capitalista, porque, afinal, a medicina, engenharia e outras profissões já tinham provado seu valor muito antes do aparecimento da ciência moderna e do capitalismo. No entanto, é só depois desses acontecimentos que gradativamente se constituem profissões *stricto sensu*, com condições de conquistar independência institucional até então desconhecida.

Essa fecundação científica das profissões confere-lhes a legitimidade já reconhecida à ciência. E seria mesmo despertar uma boa dose de ceticismo ou repúdio absoluto de-

¹ Endereço: Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Filosofia e Metodologia das Ciências, Via Washington Luiz, Km. 235, 13565-905, São Carlos, SP. Pesquisador do CNPq.

fender a autenticidade de uma profissão que não esteja asentada nos cânones da ciência. Porém, Benjamin (1969/1984) já comentava que *a profissão resulta tão pouco da ciência que esta pode até excluí-la* (p. 32). Verifica-se nessa afirmação a admissão de um vínculo tão tênue entre ciência e profissão que seus caminhos podem prosseguir separados. Se essa observação de Benjamin for plausível (e para isso deve-se apresentar provas), então a legitimidade das profissões encontra-se em lugares que não remetem necessariamente à ciência.

É a existência de locais sociais, políticos e culturais que confere autenticidade às profissões. E quando se diz que é mais na condição de profissão que na de ciência que a psicologia galga seu reconhecimento institucional, é precisamente na investigação desses locais que se buscam evidências e argumentos para apoiar essa afirmação. Sem dúvida, procura-se legitimar as profissões nas ciências, por exemplo, a medicina é uma técnica que recebe sua fundamentação das ciências biológicas (Canguilhem, 1966/1978). Mas essa técnica deve possuir ainda alguma função, utilidade ou valor social para merecer uma aceitação mais ampla.

Na verdade, o melhor seria mobilizar todas essas fontes de legitimação, mas, mesmo se a ciência falhar nesse propósito, a legitimação social, política e cultural parece ser suficiente para o projeto de fundamentar as profissões. E essa tendência que pode explicar porque no estilo de vida ocidental, mesmo num sentido mais laxo, já se reconheciam profissões antes do advento da revolução científica moderna e do capitalismo. E é ainda essa mesma tendência que aparentemente levou a psicologia ao seu reconhecimento institucional. A situação só parece ser mais surpreendente nesse caso porque já estava em curso a fundamentação das profissões nas ciências, bem como acreditava-se que a psicologia alcançava sua independência institucional na qualidade de uma nova ciência como profissão.

É apenas à primeira vista que a expressão ciência como profissão parece ser imprecisa ou finalmente falsa. Porque a ciência, como a filosofia e a arte, representa uma atividade humana com reconhecimento social, político e cultural, que ultrapassa fronteiras nacionais e épocas históricas. Atividades com legitimidade universal, ciência, filosofia e arte representam as expressões mais elevadas do espírito humano. E desse "espírito", das relações entre ele e a sociedade - relações sempre debatidas e controvertidas, mas jamais negadas, porque sempre retomadas, mesmo quando o pessimismo atinge profundamente as possibilidades de crítica social dessas atividades, asfixiadas como estão pela racionalidade tecnológica da sociedade industrial (Marcuse, 1964/1979) - que continuamente se tecem esperanças de novos modos não só de pensar e contemplar o mundo, mas também de agir, transformando-o, se possível, num mundo melhor.

Uma "ciência pura ou básica", uma ciência que, supostamente, se dedica ao estudo de objetos sem interesse social imediato, tem seu valor admitido porque espera-se que a médio ou longo prazo ela possa contribuir exatamente para a investigação de objetos com aquele interesse. O que se quer dessa ciência é a construção de um conhecimento pre-

liminar e rigoroso para a investigação de objetos concretos e complexos, com vínculos analógicos com os objetos da "ciência pura", mas que representem também problemas sociais urgentes à espera de uma sondagem mais profunda e de procedimentos de intervenção esclarecidos pela ciência.

Freqüentemente em cena no debate travado em torno dos conceitos de "ciência pura e aplicada", estima-se que essa concepção tradicional da relação entre ciência e sociedade é suficiente para legitimar uma ciência como profissão. Trata-se, na verdade, de uma visão unilateral. Porque se uma profissão pode ser legitimada com insuficiente apoio na ciência, então cabe perguntar não só qual é o sentido do debate "ciência pura e aplicada", mas também como essa visão da relação entre ciência e sociedade pode autenticar o conceito de ciência como profissão. Uma profissão que se legitima com base na investigação direta de objetos concretos e complexos e com interesses sociais imediatos não se vale das teorias e leis de uma "ciência pura", não aplica esses instrumentos conceituais na pesquisa de seus objetos. Mas quando se afirma que a psicologia atingiu reconhecimento institucional como ciência, e ciência como profissão, o que está em vigência é essa concepção tradicional da relação entre ciência e sociedade.

Reputado como o fundador de uma nova ciência como profissão e venerado como o personagem principal desse duvidoso acontecimento histórico, Wundt construiu uma psicologia distante de interesses profissionais imediatos e anunciou o que poderia acontecer se eles fossem realizados. E o futuro da disciplina não desmentiria as críticas proféticas do sábio alemão.

Institucionalização da Psicologia na Alemanha

Ciência como profissão, a nova psicologia é "ciência pura". Ciência dos processos psicológicos individuais e sociais, psicologia individual e social, o objetivo era descobrir as leis da vida mental. Leis universais no caso da psicologia do indivíduo, que, com o método experimental-introspectivo, pudessem ser replicadas em sujeitos individuais humanos e adultos (Danziger, 1987). Leis também universais no caso da psicologia social das comunidades, pois as comunidades representam agrupamentos humanos com diferenciações sociais e psicológicas insignificantes (Haeberlin, 1916/1980). E leis típicas no caso da psicologia social das sociedades, porque as singularidades sociais e psicológicas já se fazem presentes nesses agrupamentos humanos, dificultando, por decorrência, a universalização de leis que são típicas e de validade geral para sociedades específicas - salvo pela introdução do etnocentrismo, o que terminou ocorrendo com a psicologia social de Wundt (Haeberlin, 1916/1980).

Na psicologia individual visava-se a elaboração de leis psicológicas universais sobre processos psicológicos simples (como sensação, sentimento, impulso, percepção, apercepção), resultantes de sínteses criativas individuais, e na psicologia social o objetivo era elaborar leis psicológicas gerais sobre processos psicológicos complexos (como pensamento, linguagem, mito, religião, arte, cultura, etc), resul-

tantes de sínteses criativas coletivas (Haeblerlin, 1916/1980; Leary, 1979; Farr, 1983). Não havia, conseqüentemente, qualquer possibilidade de prever e controlar o curso dos processos psicológicos, uma vez que as sínteses criativas tornavam seus resultados imprevisíveis e a elaboração da teoria e explicação psicológica fazia-se somente depois da verificação desses resultados - regressivamente, portanto (Wundt, 1912/1973).

O modelo regressivo de explicação é típico da história e de outras ciências humanas (Wundt, 1912/1973) e aproximava a psicologia experimental e individual de Wundt das ciências do espírito, (*Geisteswissenschaften*) (Danziger, 1979b). Ciência intermediária, localizada entre as ciências da natureza (*Naturwissenschaften*) e do espírito, a psicologia experimental e individual de Wundt não é solidária com o modelo progressivo de explicação. Típico das ciências da natureza, é esse modelo que viabiliza a realização de predições e controles de fenômenos da natureza. E como a psicologia experimental e individual de Wundt não é *stricto sensu* ciência da natureza, nela só a retrodição é possível.

Interessado na construção de uma teoria da causalidade psíquica para explicar a estruturação cognitiva do comportamento com base em processos afetivos e volitivos (Danziger, 1980), Wundt não elaborou sua psicologia como uma ciência administrativa da sociedade ou como uma tecnologia do comportamento (Danziger, 1979a). Isso significa que ela não era passível de pronta aplicação à solução de problemas da vida real (Schultz & Schultz, 1992/s.d., p. 86). Porque ela era uma ciência acadêmica pura, e só pretendia ser isso (Schultz & Schultz, 1992/s.d., p. 86). Nem "ciência aplicada" nem tecnologia, a psicologia de Wundt é teoria, e como ciência é teoria (Koyré, 1963/1982), ela é ciência, mas "ciência pura", "ciência básica". Em suma, o objetivo de Wundt era construir a ciência psicológica como teoria dos processos subjetivos para explicar a ação externa (Danziger, 1979a).

Esse projeto não era o único objetivo de Wundt. Ele defendia também que a nova ciência seria de valor para encaminhar a solução de problemas filosóficos referentes aos processos da consciência ou às relações entre mente e corpo (Wundt, 1912/1973; Ash, 1980a, 1980b, Leary, 1979; Danziger, 1979a). Orientando suas pesquisas por questões filosóficas e procurando respostas seguras com o método experimental-introspectivo (nos limites de sua adequação), Wundt (1913/1921) argumentava que a psicologia deveria permanecer como uma subdisciplina filosófica. Preservando essa condição disciplinar da psicologia, ele posicionou-se radicalmente contra qualquer tentativa de convertê-la numa disciplina independente da filosofia. Porque, caso isso ocorresse, o psicólogo seria degradado à condição de mero artesão, solidário com metafísicas implícitas e ingênuas (Wundt, 1913/1921; Ash, 1980a, 1980b).

O psicólogo alemão tinha ainda outros motivos para insistir na condição filosófica da psicologia. No contexto institucional-acadêmico alemão, a psicologia era uma disciplina recém-chegada, perdendo em prioridade histórica para a filosofia e medicina (Ash, 1980a). Esse contexto criava dificuldades de política acadêmica para o reconhecimento

institucional da psicologia como uma disciplina independente da filosofia. Na luta por sua existência, argumentou Wundt (1913/1921), a psicologia deveria permanecer como subdisciplina filosófica. Portanto, não passa de um equívoco, cometido por historiadores solidários com a historiografia tradicional da psicologia, divulgar que, pelo labor de Wundt, a psicologia divorciou-se da filosofia em Leipzig no ano de 1879.

A posição defendida por Wundt (1913/1921) refletiu-se nos anos seguintes, como comenta Ash (1980b): *Mesmo nos anos 20 (...) psicólogos de proa não pensavam que tinham necessidade de se tornarem 'emancipados' de interesses filosóficos ou de sua afiliação institucional com a disciplina* (p. 417).

Tampouco durante a República de Weimar (1919-1933) a psicologia alcançou reconhecimento institucional como uma disciplina independente da filosofia. Num artigo consistente e bem documentado, Geuter (1987) informa que nos anos 20, nos serviços de saúde e na indústria os métodos psicológicos eram aplicados por médicos e engenheiros, enquanto na educação os psicólogos trabalhavam como professores de colégio. E que *de acordo com um relatório oficial publicado em 1930 aproximadamente trinta psicólogos trabalhavam em instituições públicas alemãs, metade em serviços de orientação vocacional e doze no exército*, (p. 174)

Na impressionante apresentação de Geuter (1987) do processo de institucionalização da psicologia como disciplina independente na Alemanha, ela teria alcançado essa condição durante o nazismo e por ocasião da Segunda Guerra Mundial (1933-1945). Com a guerra, o exército alemão sentia-se premido pela necessidade de aprimorar a seleção de oficiais e especialistas militares, e com o nazismo, discursos legitimadores dessa ideologia seriam naturalmente bem-vindos.

A psicologia contribuiu para ambos os objetivos (Geuter, 1987). Ao lado de Wundt, Theodor Lipps (1851-1914) foi o psicólogo mais importante da Alemanha no final do século passado (Bonin, 1983/1991). Como Wundt, Lipps sustentava que a psicologia é a ciência básica para a filosofia e dedicou sua obra a temas similares aos da psicologia wundtiana, como vontade, emoção e apercepção (Bonin, 1983/1991). Entre seus discípulos constam Felix Krueger (1874-1948) e Friedrich Sander (1889-1971), os cofundadores da segunda escola de Leipzig, sendo a primeira representada por Wundt e seus discípulos (Bonin, 1983/1991).

Krueger assumiu a cátedra de Wundt de 1910 até 1930 e favoreceu uma psicologia da totalidade (*Ganzheit*), onde defende um retorno às comunidades (*Gemeinschaften*), como a família, os grupos de jovens e o povo, e num discurso à Sociedade Alemã de Psicologia pediu uma renovação psicológica do povo alemão (Geuter, 1987). Colaborador de Krueger, Sander - que também estudou com Wundt e trabalhou como seu assistente quando o sábio alemão já tinha oitenta e um anos de idade (Bonin, 1983/1991) - apoiou também uma psicologia da totalidade. Afirmou como uma lei psicológica que qualquer coisa estranha a um todo ameaçado deve ser eliminada para preservá-lo (Geuter, 1987). Isso ocorreu em 1933 quando os primeiros campos de concentração foram

construídos e os partidos políticos proibidos e foi mais longe em 1937 quando disse que a eliminação de judeus e pessoas com genótipo inferior estaria justificada porque salvaria a totalidade pura da essência germânica (Geuter, 1987). Servindo para legitimar a ideologia nazista, o discurso de Sander, mais ideológico que o de Krueger, contribuiu também para o reconhecimento institucional da psicologia como disciplina independente (Geuter, 1987).

Paralelo a esse discurso ideológico, desenvolveu-se na Alemanha uma forte tradição de psicologia dedicada aos estudos caracterológicos e à análise de expressões corporais e faciais (Geuter, 1987; Bonin, 1983/1991). Com os trabalhos de Ludwig Klages (1872-1956) - outro discípulo de Lipps - e de Philipp Lersch (1898-1972), essa tradição adquiriu tamanha importância que, por volta dos anos cinquenta, foi considerada pela comunidade científica internacional o coração da psicologia alemã, e a caracterologia e análise de expressões corporais e faciais permaneceram como campos de exame da disciplina até o final dos anos sessenta (Geuter, 1987). Lersch, que já tinha sido psicólogo do exército entre os anos de 1925 e 1930 e que em 1939 assumiria a cátedra de Wundt, foi o psicólogo responsável pela seleção de oficiais e especialistas militares para o exército alemão durante a Segunda Guerra Mundial.

Investigando diretamente um problema concreto de interesse prático imediato - a relação entre expressões corporais, faciais e os traços de caráter para predizer o sucesso de oficiais e especialistas militares -, Lersch contribuiu, com o seu trabalho, mais do que o discurso ideológico da segunda escola de Leipzig, para que em 1941 a psicologia fosse reconhecida como uma profissão independente na Alemanha. Porque é nesse ano que se realiza o exame para conceder o primeiro diploma profissional na disciplina bem como é a partir desse ano que o treinamento profissional de psicólogos passa a ser de responsabilidade da Universidade (Geuter, 1987).

Não é na condição de "ciência pura", como uma longa investigação preliminar ou como um *détour* fundamental para orientar os rumos da "ciência aplicada" e constituir a técnica, que a psicologia adquire reconhecimento institucional como disciplina independente na Alemanha. É mais na condição de profissão, como investigação direta de problemas concretos com interesses práticos imediatos, que essa disciplina alcança reconhecimento social, político e cultural e, conseqüentemente, é convertida numa instituição legítima no país de Wundt.

Institucionalização da Psicologia nos Estados Unidos

É como ciência natural atravessada de ponta a ponta por questões filosóficas que William James (1842-1910) apresenta a psicologia em seu esplêndido livro *The Principles of Psychology* (1890/1950). Nem por isso James chega a assinalar a psicologia como disciplina básica para a filosofia como o fizeram Wundt e Lipps. Pelo contrário, já no seu clássico livro procura distinguir as questões filosóficas das

psicológicas e mais tarde escreve *Psychology: Briefer Course* (1892/1984) e *Talks to Teachers on Psychology* (1899/1983a) onde passa ao largo das questões filosóficas tão brilhantemente examinadas no *The Principles of Psychology*.

Essa ambigüidade no pensamento de James expressa uma concepção de psicologia que marcou definitivamente a natureza subsequente da disciplina nos Estados Unidos. Na qualidade de filósofo, James alerta para as relações íntimas entre as duas disciplinas, e é por isso mesmo que, quando discute temas relevantes para a psicologia como a relação mente-corpo, o Eu empírico e o determinismo, toca em questões filosóficas perenes como as teorias da alma, o Eu puro e o livre-arbítrio. Na condição de psicólogo mergulhado profundamente no pensamento de Darwin, quer afastar a psicologia desses problemas metafísicos, quer convertê-la numa ciência *com leis verificáveis* (...) {que permaneça} *positivista e não metafísica* (1890/1950, p. 182).

Como ciência natural, a psicologia é um ramo da biologia e seu objeto de estudo é a consciência (James, 1892/1983b, 1899/1983a). A consciência, essa *espécie de perfeição biológica superadicionada* (James, 1899/1983a, p. 24), define-se por processos e funções: *Nossas sensações estão aqui para atrair-nos ou deter-nos, nossas memórias para avisar-nos ou encorajar-nos, nossos feelings para impelir-nos e nossos pensamentos para refrear nosso comportamento* (James, 1899/1983a, p. 24). As funções dos processos da consciência, especialmente as do fluxo da consciência, servem às duas funções mais óbvias da consciência: o conhecimento e a ação.

Contra o conceito de conhecimento como uma função puramente racional da consciência e o de homem como ser primordialmente racional, conceitos que remontam a Platão, Aristóteles e a toda tradição clássica da filosofia, James (1899/1983a) argumenta que a mente evoluiu como um fenômeno biológico por razões práticas, para levar o homem a condutas úteis, para adaptá-lo à vida desse mundo, sendo por isso mesmo um ser primordialmente prático, um ser cujo conhecimento conduz à ação, que, por sua vez, *deve ter um resultado prático* (p. 25).

É essa visão biológica da consciência, do conhecimento e da ação que apoia o famoso psicólogo norte-americano na sua defesa da psicologia como ciência natural, como um ramo da biologia. Ela deve então não só trilhar o caminho de uma ciência positivista, mas também deve evitar as "hipóteses inseguras" da filosofia (James, 1890/1950). Foi como filósofo consciente do complexo enredo entre as duas disciplinas que James, diferentemente de Wundt, insistiu em divorciá-las, para que, ao fim e ao cabo, percorressem caminhos diferentes.

Num texto luminar, publicado aproximadamente duas décadas antes do manifesto behaviorista de Watson, James antecipa diretrizes basilares do programa behaviorista, como a seguinte: *Todas as ciências naturais objetivam a predição e o controle prático e em nenhuma delas isso é mais importante do que na psicologia atual* (1892/1983b, p. 272). Nesse mesmo texto diz ainda que educadores, médicos, padres, diretores de presídios e asilos não estão interessados nos

fundamentos filosóficos últimos de fenômenos mentais, e o que pedem à psicologia são regras práticas de ação, porque estão imensamente interessados em *melhorar as idéias, disposições e conduta dos indivíduos pelos quais são responsáveis* (1892/1983b, p. 272).

Como ciência natural da consciência, a psicologia trata com um objeto que tem importância prática para a vida humana. E por mais básicas e puras que pareçam ser as leis dessa disciplina sobre processos e funções da consciência, como realmente são apresentadas no *The Principles of Psychology*, elas devem em última análise servir para a predição e controle dos estados da mente e da ação. Com as teses básicas do funcionalismo psicológico inscritas em sua obra, James é visto não só como o maior psicólogo dos Estados Unidos mas também como o precursor dessa tradição de pensamento psicológico, cujas diretrizes práticas orientam até hoje o modo de pensar dos psicólogos norte-americanos (Evans, 1990; Schultz & Schultz 1992/s.d.; Robinson, 1993).

Os apelos de James e de outros psicólogos funcionalistas como Stanley Hall (1844-1924) por uma psicologia com orientação prática logo se fizeram sentir na área educacional (Schultz & Schultz, 1992/s.d.). Em 1894 Hall via na educação o principal campo de aplicação da psicologia (Schultz & Schultz, 1992/s.d.) e as palestras de James (1899/1983a) versavam sobre a aplicação de leis psicológicas na sala de aula. Da perspectiva do contexto social norte-americano, essa orientação prática da psicologia justificava-se principalmente porque o número de alunos matriculados na escola pública elevou-se de sete milhões para vinte milhões entre os anos de 1870 e 1915 e nesse período os gastos do governo com a educação passaram de sessenta e três milhões para seiscientos e cinco milhões (Schultz & Schultz, 1992/s.d.). Como observam Schultz e Schultz, *a educação de repente se tornava um grande negócio e chamou a atenção dos psicólogos* (1992/s.d., p. 177), e isso a tal ponto que por volta de 1910 três quartos dos psicólogos norte-americanos dedicavam-se a problemas educacionais. Por essa época, *a psicologia encontrara o seu lugar no mundo real* (Schultz & Schultz, 1992/s.d., p. 177).

Danziger (1987) apresenta razões mais profundas que Schultz e Schultz (1992/s.d.) para explicar o papel desempenhado pela educação na orientação prática da psicologia. Segundo Danziger (1987), os significativos investimentos governamentais na educação tinham como meta desenvolver um sistema educacional racionalizado e eficiente para dar continuidade à competição interindividual cada vez mais notável com as mudanças sociais produzidas pelo capitalismo industrial. Dirigido por administradores profissionais da educação, esse sistema passou a operar segundo os princípios da administração científica já largamente utilizados na indústria. Com a generalização desses princípios, da indústria para a educação, impuseram-se como tarefas urgentes a classificação dos indivíduos e a seleção e implementação de programas educacionais.

Esse contexto social favoreceu o início de uma prática de pesquisa psicológica com origem na Universidade de Clark, sob a liderança de Hall, desenvolvendo-se posterior-

mente na Universidade de Columbia, sob a liderança de Edward Thorndike (1874-1949). Os inventores dessa prática de pesquisa psicológica, o modelo de Clark (Danziger, 1985), direcionaram suas pesquisas para o exame da distribuição de características psicológicas nas populações e grupos. Investigando diferenças educacionais, clínicas, e tantas outras, com técnicas estatísticas rudimentares como médias e percentagens, esse modelo incorporou no seu desenvolvimento as técnicas estatísticas de Francis Galton (1822-1911) e Karl Pearson (1857-1936), sob a liderança de Thorndike (Danziger, 1985, 1987).

Apesar das sofisticadas estatísticas introduzidas nessa prática de pesquisa psicológica, o modelo galtoniano, como é denominado agora por Danziger (1987), está em continuidade com o modelo de Clark, e dito com precisão seu interesse é *com a distribuição de características psicológicas em populações e a posição de indivíduos com respeito às características de tais grupos* (Danziger, 1987, p. 28). Esse modelo de investigação psicológica distancia-se de dois outros, os de Leipzig e Paris, e serve aos propósitos da administração educacional (Danziger, 1987).

Inseridas em contextos sociais diferentes, as práticas de pesquisa psicológica dos modelos de Leipzig e Paris estavam dirigidas para a psicologia do indivíduo. Com base na teoria da causalidade psíquica de Wundt, buscava-se no modelo de Leipzig as leis universais dos processos psicológicos normais da mente, e com fundamento na investigação experimental da hipnose, procurava-se no modelo de Paris leis sobre os processos psicopatológicos da mente - leis, contudo, que não podiam ser universalizadas (Danziger, 1987). Apesar dessa diferença, esses dois modelos estavam dirigidos para a psicologia do indivíduo. É nesse ponto que o modelo galtoniano afasta-se dos modelos de Leipzig e Paris: ele é deslocado da psicologia do indivíduo para a psicologia das populações e dos grupos.

O estudo das diferenças individuais no modelo galtoniano não remete à questão da individualidade ou às características únicas de uma pessoa - um tipo de investigação que recua ao personalismo crítico e à psicologia diferencial de William Stern (1871-1938) (Danziger, 1987; Bonin, 1983/1991). O interesse não é esse, mas o de classificar os indivíduos em relação à distribuição normal das características psicológicas das populações e dos grupos. Apoiados nesse tipo de conhecimento psicológico os administradores educacionais podiam selecionar e implementar programas educacionais com o propósito de corrigir as posições dos indivíduos, na esperança, enfim, de transformá-los em pessoas mais eficientes e competitivas.

Na verdade, a questão é mais abrangente, porque trata-se efetivamente da ideologia do controle social. Como práticas produtivas de conhecimento, tanto o modelo galtoniano quanto os testes mentais - representando os testes psicológicos um tipo de intervenção social específica (Danziger, 1987), que foi também fundamental para a institucionalização da psicologia nos Estados Unidos - serviram aos objetivos da ideologia do controle social. Numa crítica implacável dos paradigmas da psicologia tradicional, onde se incluem o mo-

delo galtoniano e o paradigma dos testes mentais, Rappaport (1977) comenta que os últimos *compartilham uma ênfase em diferenças individuais e uma tendência para comparar pessoas entre si, classificando-as em traços, habilidades e ideais de valor absoluto* (pp. 22-23). No contexto das profissões de ajuda (*helping professions*), o valor absoluto desses traços, habilidades e ideais significa que aqueles que estão no poder têm a resposta certa de como se deveria viver (Rappaport, 1977, p. 22). Em última análise, instrumentalizadas com esses paradigmas, o objetivo das profissões de ajuda é conduzir os desviantes a uma condição similar à daqueles que estão no poder (Rappaport, 1977).

Em suas notáveis críticas aos paradigmas da psicologia tradicional, Rappaport (1977) não se limita apenas a desmascarar a face "integrativa" da ideologia do controle social, uma vez que não se lhe escapa também a face exclusiva dessa mesma ideologia. Referindo-se ao uso nos Estados Unidos do teste de inteligência de Binet, e de outros que foram derivados do famoso teste, Rappaport (1977) argumenta que eles têm sido usados não só para limitar a imigração de indesejáveis e as oportunidades educacionais, mas também para *isolar pessoas em instituições e para justificar outras políticas similares de 'bem-estar social'* (p. 10). Em suma, é como ideologia do controle social, "integrando" ou excluindo, que o modelo galtoniano e os testes psicológicos operam como duas práticas produtivas de conhecimento.

Obviamente o modelo galtoniano não é "ciência pura" como é o de Leipzig. Nem tampouco é "ciência aplicada". Um projeto de "ciência aplicada" à educação - como as palestras de James (1899/1983a) dirigidas a professores com o objetivo de ensiná-los a aplicar leis psicológicas em sala de aula - teve pouco sucesso nos Estados Unidos. Projetos dessa natureza foram mais bem sucedidos na Alemanha, onde o modelo galtoniano não teve uma recepção tão significativa como no país de James (Danziger, 1987). O modelo galtoniano constituiu-se e desenvolveu-se como investigação direta de um problema concreto, prático e com interesse social imediato. Trata-se de pesquisa tecnológica (Danziger, 1987).

Na verdade, o conceito de "ciência pura" representa uma fonte de equívocos. Porque as práticas de pesquisa psicológica, como os modelos de Leipzig, Paris e Clark, produzem conhecimento psicológico encravadas em contextos sociais - são elos mediadores entre esses contextos e o conhecimento resultante (Danziger, 1987). Elas são, como escreve Danziger (1987), *um ponto nodal em que fatores contextuais externos à disciplina são transformados em tarefas lógicas, cujo significado parece ser puramente cognitivo* (p. 14). Sendo assim, é praticamente *non-sense* defender na psicologia o conceito de "ciência pura ou básica". E, conseqüentemente, o de "ciência aplicada" porque esse conceito só pode adquirir clareza com base numa definição precisa do anterior. Recorrer às expressões "pesquisa básica e aplicada" não se constitui como alternativa, pois ainda persistiria o problema de saber o que significa "pesquisa básica".

Não se deve por isso concluir que todo o conhecimento psicológico é constituído com a pesquisa tecnológica. Em-

bora esse tipo de pesquisa esteja na base da caracterologia e da análise de expressões faciais e corporais bem como do modelo galtoniano e dos testes mentais, não é ela que orienta, por exemplo, o modelo de Leipzig (Danziger, 1979a). Mais plausível do que persistir com conceitos como "ciência pura", "ciência básica", "ciência aplicada", "pesquisa básica" e "pesquisa aplicada", é admitir que a psicologia constituiu-se e desenvolve-se como tradições de pensamento psicológico ou simplesmente como tradições psicológicas (Abib, 1996a) - com algumas delas orientadas mais tecnologicamente; ou ainda, como defende Danziger (1985, 1987), como práticas produtivas de conhecimento, onde os discursos e as diferenças teóricas são indissociáveis das práticas de investigação, porquanto *isso é real para os casos examinados aqui* {os modelos de Leipzig, Paris e Clark}, *mas é igualmente real para os casos do século XX, como a psicanálise, psicologia da Gestalt e behaviorismo* (1985, p. 138).

De modo similar ao caso alemão, é como pesquisa tecnológica profundamente ligada à ideologia do controle social que a psicologia galgou reconhecimento institucional e transformou-se numa profissão independente nos Estados Unidos. Comparado com o caso alemão, a institucionalização da disciplina foi mais precoce nos Estados Unidos. A explicação para esse fato histórico encontra-se no contexto institucional-acadêmico norte-americano.

Nesse contexto a psicologia tinha prioridade histórica em relação à filosofia e medicina. Segundo Danziger (1979a), a Associação Psicológica Americana (APA) foi fundada em 1892 sob a liderança de Hall e a Sociedade Profissional de Filósofos Americanos surgiu da APA em 1901, e em 1910a situação institucional da medicina ainda era precária. E de acordo com Schultz e Schultz (1992/s.d.), Hall recebeu o primeiro diploma de psicólogo nos Estados Unidos em 1878 (sessenta e três anos antes do primeiro diploma na Alemanha). Portanto, foi antes mesmo da psicologia educacional ser legitimada como pesquisa tecnológica solidária com o modelo galtoniano que a psicologia alcançou reconhecimento institucional e transformou-se numa profissão independente nos Estados Unidos.

Conclusão

A psicologia nasceu como disciplina independente nos Estados Unidos no final do século XIX. A menor tradição filosófica desse país não colocava a questão da independência dessa disciplina em relação à filosofia, e a precária condição institucional da medicina não defrontava tão fortemente o psicólogo com o médico no âmbito do diagnóstico e encaminhamento de problemas "clínicos". Foi mais na condição de profissão - como investigação direta de problemas concretos com interesse social imediato - que na de "ciência pura ou básica" que a psicologia adquiriu reconhecimento institucional.

A psicologia nasceu como disciplina independente na Alemanha durante o nazismo, no início dos anos quarenta. A maior tradição filosófica da Alemanha foi um obstáculo ao reconhecimento da psicologia como disciplina indepen-

dente - nem era objetivo de Wundt dissociar as duas disciplinas. Os psicólogos alemães defrontavam-se ainda com uma instituição médica bem organizada, e isso dificultava o seu acesso à área de diagnóstico e encaminhamento de problemas "clínicos". Foi também mais na condição de profissão que na de "ciência pura ou básica" que a psicologia adquiriu reconhecimento institucional nesse país.

Foi com base em Darwin e Galton e não em Wundt que a psicologia adquiriu reconhecimento institucional e tornou-se uma profissão independente nos Estados Unidos. E na Alemanha alcançou esse mesmo reconhecimento e independência orientada pelos trabalhos de Lersch e pela psicologia da segunda escola de Leipzig, onde novamente a psicologia de Wundt não desempenhou qualquer papel mais significativo.

Não passa de retórica o discurso que remete para Leipzig em 1879 como o local e a data em que pelo labor de Wundt a psicologia teria galgado a condição de disciplina independente. Tendo alcançado essa condição como profissão, a função desse discurso é fechar o circuito das fontes de legitimidade da disciplina, buscando agora na ciência sua última justificativa para um reconhecimento que, na verdade, não é mais necessário, mas que serve para justificar os procedimentos da profissão como ciência, bem como para sedimentar a noção de ciência como profissão e psicologia como ciência, sendo essa última uma questão profundamente controversa (Abib, 1993a, 1993b, 1996a, 1996b).

James equivocou-se, pois o futuro deu razão às cautelas de Wundt: A psicologia desaba e degenera-se no psicólogo-artesão comprometido com metafísicas ingênuas se a trajetória da disciplina divorciar-se da crítica filosófica. Faltou crítica filosófica e, conseqüentemente, crítica política e social na pesquisa tecnológica da psicologia alinhada à ideologia do controle social, e isso ocorreu não só nos Estados Unidos, o que em princípio é mais justificável dada a pouca tradição filosófica desse país, mas, surpreendentemente, também no país de Wundt, onde já havia forte tradição de crítica filosófica.

A importância da crítica filosófica, política e social reside em sua capacidade de desmontar a pesquisa tecnológica antes mesmo dela começar. Primordialmente devotada à investigação direta de problemas concretos com interesse social imediato e virtualmente cega quanto aos valores e destinos últimos das intervenções que dela decorrem, essa pesquisa esgota-se na busca de meios para realizar os fins imediatos que se situam no começo mesmo de seus interesses. E essa visão meramente instrumental, imediatista, curta e míope que pode e deve ser instruída por uma mais demorada e cautelosa, encontrada na crítica filosófica, política e social - um "pensamento negativo" que é urgente para viabilizar qualquer esperança de uma sociedade bidimensional, capaz de transcender a racionalidade tecnológica da sociedade industrial (Marcuse, 1964/1979). Com essa crítica, o psicólogo pode até ficar na situação de se perguntar: "O que fazer?" Mas então já terá rompido *mesalliances*, já terá se desvinculado do paradigma tecnológico antes mesmo de nele por suas mãos, já não acreditará que faz ciência como profissão

e será sensível ao valor e drama do ceticismo quanto a possibilidades efetivas de realizar alternativas mais defensáveis de pesquisa científica e transformação social. Porque não somente o "pensamento positivo", acrítico e unidimensional que circula e opera nas organizações e instituições da sociedade industrial é conivente com o *status quo*, mas também porque enclausura indivíduos e grupos em formas de pensar, agir e sentir que representam verdadeiras prisões psíquicas refratárias ao "pensamento negativo" e crítico da racionalidade tecnológica da sociedade industrial (Marcuse, 1964/1979). Na verdade, a ideologia do controle social adquire uma fisionomia assustadora na análise de Marcuse (1964/1979), porque não se trata tão somente de "integração" ou ajustamento e exclusão, mas exatamente de mimese ou *uma identificação imediata do indivíduo com a sua sociedade e, através dela, com a sociedade em seu todo* (p. 31).

Seria um equívoco pensar que esse capítulo melancólico da história da psicologia representa a totalidade do caráter da disciplina. Aos clássicos da psicologia nunca faltou crítica filosófica, política e social (Leary, 1980), nem tampouco propostas de práticas de pesquisa orientadas por ideais e valores capazes de dignificar a profissão (Leary, 1980; Rappaport, 1977). Mas esse capítulo serve de lição e de alerta. De lição porque é ele que conta quais foram as fontes políticas e sociais que legitimaram a disciplina como profissão. E de alerta porque não só seria ingenuidade imaginar que essas fontes desapareceram e que novas *mesalliances* não estarão à espreita, mas também e especialmente porque a "'filosofia brasileira' tem tão pouca ressonância internacional como a 'filosofia americana' tinha há um século atrás" (Rorty, 1991, p. 177). Ou seja, especialmente porque vivemos num país com pouca tradição filosófica.

Referências

- Abib, J.A.D. (1993a). "A psicologia é ciência?" O que é ciência? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9, 451-464.
- Abib, J.A.D. (1993b). "A psicologia é ciência?" Ciência é articulação de discursos da filosofia, da história da ciência e da psicologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9, 465-486.
- Abib, J.A.D. (1996a). O legado da psicologia, *fin-de-siècle*. *Revista de Ciências Humanas*, 5, 139-158.
- Abib, J.A.D. (1996b). Revoluções psicológicas: Um retorno a Wilhelm Wundt, William James e outros clássicos. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, 6, 107-143.
- Ash, M.G. (1980a). Experimental psychology in Germany before 1914: Aspects of an academic identity problem. *Psychological Research*, 42, 75-86.
- Ash, M.G. (1980b). Wilhelm Wundt and Oswald Külpe on the institutional status of psychology: An academic controversy in historical context. Em W.J. Bringmann & R.W. Tweney (Orgs.), *Wundt studies* (pp. 396-421). Toronto: Hogrefe, Inc.
- Ash, M.G. (1987a). Introduction. Em M.G. Ash & W.R. Woodward (Orgs.), *Psychology in twentieth-century thought and society* (pp. 1-11). Cambridge: Cambridge University Press.

- Ash, M.G. (1987b). Psychology and politics in interwar Vienna Psychological Institute, 1922-1942. Em M.G. Ash & W.R. Woodward (Orgs.), *Psychology in twentieth-century thought and society* (pp. 143-164). Cambridge: Cambridge University Press.
- Benjamin, W. (1984). *A criança, o brinquedo, a educação*. (M.V. Mazzari, Trad.) São Paulo: Summus Editorial. (Trabalho original publicado em 1969).
- Bonin, W.F. (1991). *Diccionario de los grandes psicólogos*. (B.A. Klein, Trad.) México: Fondo de Cultura Económica. (Trabalho original publicado em 1983).
- Boring, E. (1950). *A history of experimental psychology*. New York: Appleton-Century-Crofts. (Trabalho original publicado em 1929).
- Canguilhem, G. (1978). *O normal e o patológico*. (M.T.R. de C. Barrocas, Trad.) Rio de Janeiro: Forense-Universitária. (Trabalho original publicado em 1966).
- Danziger, K. (1979a). The social origins of modern psychology. Em A.R. Buss (Org.), *Psychology in social context* (pp. 27-45). New York: Irvington.
- Danziger, K. (1979b). The positivist repudiation of Wundt. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 15, 205-230.
- Danziger, K. (1980). Wundt's theory of behavior and volition. Em R.W. Rieber (Org.), *Wilhelm Wundt and the making of a scientific psychology* (pp. 89-115). New York: Plenum Press.
- Danziger, K. (1985). The origins of the psychological experiment as a social institution. *American Psychologist*, 40, 133-140.
- Danziger, K. (1987). Social context and investigative practice in early twentieth-century. Em M.G. Ash & W.R. Woodward (Orgs.), *Psychology in twentieth-century thought and society* (pp. 13-33). Cambridge: Cambridge University Press.
- Evans, R.B. (1990). William James, *The Principles of Psychology*, and experimental psychology. *American Journal of Psychology*, 103, 433-447.
- Farr, R.M. (1983). Wilhelm Wundt (1832-1920) and the origins of psychology as an experimental and social science. *British Journal of Social Psychology*, 22, 289-301.
- Geuter, U. (1987). German psychology during the nazi period. Em M.G. Ash & W.R. Woodward (Orgs.), *Psychology in twentieth-century thought and society* (pp. 165-187). Cambridge: Cambridge University Press.
- Haeberlin, H.K. (1980). The theoretical foundations of Wundt's folk psychology. Em R. W. Rieber (Org.), *Wilhelm Wundt and the making of a scientific psychology* (pp. 229-249). New York: Plenum Press (Trabalho original publicado em 1916).
- Heidbreder, E. (1981). *Psicologias do século vinte*. (L. S. Blandy, Trad.) São Paulo: Editora Mestre Jou. (Trabalho original publicado em 1933).
- Herrnstein, R.J. & Boring, E. G. (1971). *Textos básicos de história da psicologia*. (D. M. Leite, Trad.) São Paulo: Editora Herder. (Trabalho original publicado em 1966).
- James, W. (1950). *The principles of psychology*. New York: Dover Publications, Inc. (Trabalho original publicado em 1890).
- James, W. (1983a). *Talks to teachers on psychology*. Cambridge: Harvard University Press. (Trabalho original publicado em 1899).
- James, W. (1983b). A plea for psychology as a 'natural science'. Em F. Burkhardt (Org.), *William James essays in psychology* (pp. 270-277). Cambridge: Harvard University Press. (Trabalho original publicado em 1892).
- James, W. (1984). *Psychology: Briefer course*. Cambridge: Harvard University Press. (Trabalho original publicado em 1892).
- Koyré, A. (1982). *Estudos de história do pensamento científico*. (M. Ramalho, Trad.) Brasília: Editora Universidade de Brasília. (Trabalho original publicado em 1963).
- Leary, D. E. (1979). Wundt and after: Psychology's shifting relations with the natural sciences, social sciences, and philosophy. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 15, 231-241.
- Leary, D.E. (1980). The intentions and heritage of Descartes and Locke: Toward a recognition of the moral basis of modern psychology. *The Journal of General Psychology*, 102, 283-310.
- Marcuse, H. (1979). *A ideologia da sociedade industrial: O homem unidimensional*. (G. Rebuá, Trad.) Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Trabalho original publicado em 1964).
- Marx, M.H. & Hillix, W.A. (1976). *Sistemas e teorias em psicologia*. (A. Cabral, Trad.) São Paulo: Editora Cultrix. (Trabalho original publicado em 1963).
- Rappaport, J. (1977). *Community psychology: Values, research, and action*. Chicago: Holt, Rinehart and Winston, Inc.
- Robinson, D.N. (1993). Is there a jamesian tradition in psychology? *American Psychologist*, 48, 638-643.
- Rorty, R. (1991). *Essays on Heidegger and others*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sahakian, W.S. (1987). *Historia y sistemas de la psicología*. (A.S. Torres, Trad.) Madrid: Editorial Tecnos. (Trabalho original publicado em 1975).
- Schultz, D.P. & Schultz, S.E. (s.d.). *História da psicologia moderna*. (A.U. Sobral e M.S. Gonçalves, Trad.) São Paulo: Editora Cultrix. (Trabalho original publicado em 1992).
- Wundt, W. (1921). Die Psychologie im Kampf ums Dasein. Em W. Wundt (Org.), *Kleine Schriften* (pp. 515-543). Stuttgart: Alfred Kroner Verlag. (Trabalho original publicado em 1913).
- Wundt, W. (1973). *An introduction to psychology*. (R. Pintner, Trad.) London: George Allen & Company, Ltd. (Trabalho original publicado em 1912).

Recebido em 28.07.1997

Primeira decisão editorial em 23.02.1999

Versão final em 11.03.1999

Aceito em 20.03.1999 ■